

A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social¹

Por: Hermano Carmo, Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) e ISCS/UTL
In Actas da 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental, ISPA, 2001

Esquema:

1. Desenvolvimento comunitário e intervenção social	2
1.1. A intervenção social.....	2
Um mapa conceptual do processo de intervenção social.....	2
Papel do interventor social.....	2
1.2. O desenvolvimento comunitário	4
Dimensões do conceito	4
As raízes.....	5
Os princípios	6
A planetarização.....	6
Uma tipologia.....	7
2. O desenvolvimento comunitário na actualidade	8
2.1. Tendências da investigação.....	8
2.2. Tendências do ensino	9
Em instituições de ensino presencial	9
Em instituições de ensino a distância.....	10
2.3. Tendências da prática no terreno	11
Desenvolvimento comunitário e educação	11
Desenvolvimento comunitário e saúde	14
Desenvolvimento comunitário e exclusão social.....	15
Desenvolvimento comunitário e acção macrossocial	16
Rumos promissores para o século XXI.....	16
Bibliografia	19

¹ A presente comunicação é uma síntese do pensamento do autor publicado nos documentos referidos na bibliografia

1. Desenvolvimento comunitário e intervenção social

Falar sobre a actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social exige, antes de mais, uma reflexão prévia sobre as realidades que se pretendem relacionar, a intervenção social e o desenvolvimento comunitário.

1.1. A intervenção social

Uma forma de analisar o que se entende por **intervenção social** é através da construção de um mapa conceptual (Novak e Gowin, 1996; Moreira e Buchweitz, 1993) o que nos permite identificar os conceitos que a integram.

Um mapa conceptual do processo de intervenção social

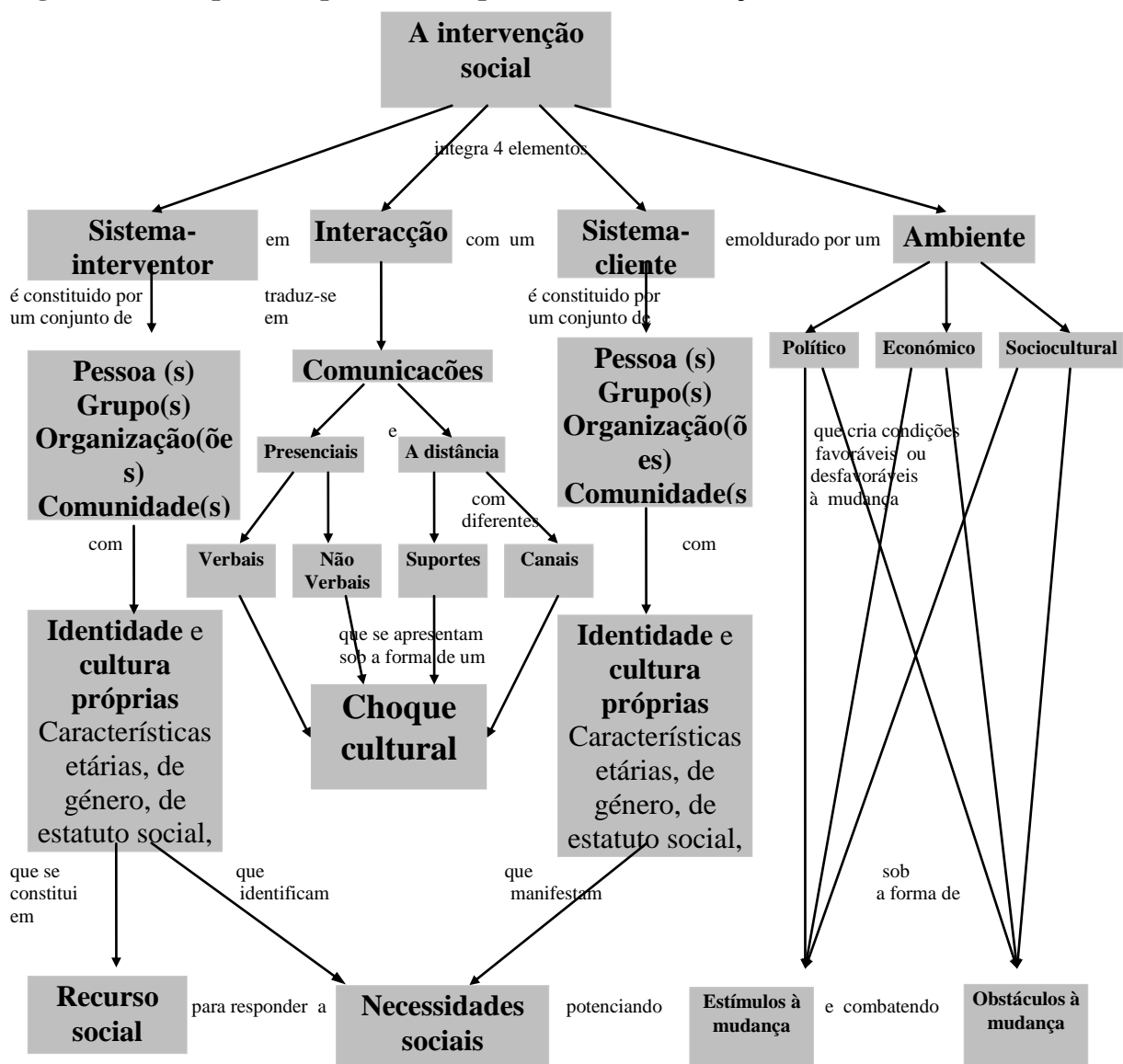
Deste modo a partir de uma leitura do mapa (figura 1) pode definir-se **intervenção social** com um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social - a que chamaremos **sistema-interventor** - se assume como **recurso social** de outra pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social - a que chamaremos **sistema-cliente** - com ele **interagindo** através de um sistema de comunicações diversificadas com o objectivo de o ajudar a suprir um conjunto de **necessidades sociais**, potenciando **estímulos** e combatendo **obstáculos** à mudança pretendida.

Papel do interventor social

A partir desta definição podem-se extrair alguns ensinamentos sobre o papel do interventor social em qualquer processo de mudança planeada.

Em primeiro lugar, o interventor **deve conhecer a cultura do sistema-cliente** assim como as suas principais especificidades (idade, género, estatuto social, particularidades étnicas e linguísticas, etc). Paulo Freire, o conhecido educador brasileiro, refere que o interventor social deve tentar entender as pessoas com quem trabalha *por dentro*, tal como quem observa um vitral: só é possível observar convenientemente um vitral se nos colocarmos do lado de dentro do edifício, de modo a que o sol o ilumine.

Figura 1 - Mapa conceptual de um processo de intervenção social



Em segundo lugar, para que a sua acção seja eficaz, **é necessário que o interventor se conheça a si próprio e exerça uma rigorosa auto-vigilância sobre os seus actos**: só a partir desta autoscopia permanente é possível controlar a sua acção, necessariamente emoldurada pela cultura que interiorizou que lhe moldou um conjunto de valores e atitudes próprios, os quais condicionam o seu modo de ver o Mundo e a Vida e os seus comportamentos, traduzidos em opiniões e condutas profissionais. Nenhuma intervenção social é inóqua, decorrendo da postura do interventor como cidadão e como pessoa.

Em terceiro lugar, o interventor social **deve conhecer** os principais elementos que integram o **ambiente** da intervenção (políticos,

económicos e socioculturais), que lhe traçam um quadro de **ameaças** e de **oportunidades** estratégicas.

Finalmente, deve estar atento a todos os elementos que configuram a **interacção** decorrente do processo de intervenção social, nomeadamente os que integram o **sistema de comunicações** em presença quer estas se façam sob forma **presencial** quer a **distância**. Nas comunicações feitas presencialmente deve o interventor estar atento tanto às mensagens verbais como às não verbais (por exemplo, mimico-gestuais e icónicas). Nas comunicações a distância, ou seja, naquelas em que a relação interventor-cliente é mediatizada por qualquer *medium*, torna-se indispensável que este saiba **escolher os suportes** de mediatização adequados (*scripto, audio, video* ou informático) e **os canais** de comunicação de que se vai servir (terceiras pessoas, correio, rádio, televisão, internet) de modo a evitar a ocorrência de **filtros comunicacionais**.

1.2. O desenvolvimento comunitário

A forma de intervenção social conhecida por *Desenvolvimento Comunitário (DC)* foi consagrada em 1950 num documento das Nações Unidas intitulado *O progresso social através do Desenvolvimento Comunitário* (Silva,1962).

De acordo com uma definição recente (Ander-Egg, 1980: 69) o DC caracteriza-se como *uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.*²

Dimensões do conceito

Subjacente a esta definição é possível discernir **quatro dimensões do conceito**:

- uma dimensão **doutrinária** pela implícita filosofia personalista que defende;

² Ander-Egg, E., 1980, *Metodologia y practica del desarrollo de la comunidad*, Tarragona, UNIEUROPE, 10ª ed., p. 69

- uma dimensão **teórica** pelos pré-requisitos de análise antropológica, sociológica, política e económica a que se obriga;
- uma dimensão **metodológica** pelos propósitos de mudança planeada que defende;
- finalmente uma dimensão **prática** pelas consequências que a sua aplicação tem no terreno, tanto pela implicação das comunidades no processo do seu próprio Desenvolvimento como pela alteração das práticas profissionais a que obriga.

As raízes

Ao longo de uma existência de cerca de meio século o Desenvolvimento Comunitário atravessou diversas fases procurando adaptar-se aos condicionalismos da conjuntura.

As suas raízes situam-se no período que mediou as duas guerras mundiais (Ander-Egg, 1980: 62 e Baptista, 1973) a partir das práticas experimentadas em dois diferentes contextos empíricos:

- a **prática de formação de líderes locais**, desenvolvida no sistema colonial britânico de administração indirecta;
- a experiência americana de **organização comunitária**, como resposta aos inúmeros problemas de desorganização social, de anomia e de comportamento desviado que se registaram nessa época, fruto das consequências da industrialização, da urbanização, da imigração e das dificuldades sócio-económicas do pós guerra, culminada com a crise de 1929.

Foi, contudo, depois da segunda guerra mundial que o Desenvolvimento Comunitário se estabeleceu como método complementar de intervenção social para fazer face aos problemas sociais da conjuntura. Com efeito o conflito destroçara os alicerces económicos e sociais dos antigos beligerantes, vencedores e vencidos, fazendo emergir um complexo conjunto de problemas de desorganização social de anomia e de comportamento desviado o que obrigou à concepção de um método de intervenção social mais poderoso que os usados até então, de modo a criar sinergias, a partir da cooperação entre o Estado e os exíguos meios das comunidades locais.

Os princípios

Ao longo do percurso descrito, foi emergindo um conjunto de princípios que configuram todas as estratégias de Desenvolvimento Comunitário, ainda hoje de grande actualidade:

- o **princípio das necessidades sentidas** que defende que todo o projecto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;
- o **princípio da participação**, que afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio Desenvolvimento;
- o **princípio da cooperação** que refere como imperativo de eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projectos de Desenvolvimento Comunitário;
- o **princípio da auto-sustentação** que defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem rupturas, susceptíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;
- o **princípio da universalidade** que afirma que um projecto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objectivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento.

A planetarização

Ao longo dos últimos cinquenta anos as experiências de Desenvolvimento Comunitário foram-se multiplicando e diversificando por todos os continentes em variadíssimos contextos, desde o simples bairro urbano ou aldeia até à dimensão nacional passando pelas diversas circunscrições intermédias (municípios, distritos, cantões, etc). Os conteúdos e estilos de actuação apresentam também uma enorme diversidade, configurando um quadro de enorme riqueza empírica.

Portugal não foi imune a todo este movimento: desde o final dos anos sessenta que se registam experiências de Desenvolvimento Comunitário, sendo disso testemunho algumas publicações sob a forma de **monografias** ou **artigos** (ver Bibliografia), **movimentos vanguardistas** dos Direitos Cívicos como o GRAAL e **organizações públicas** como o Serviço de Promoção Social Comunitária do Instituto da Família e Acção Social, muito influenciados não tanto pela política intervencionista do Estado mas, sobretudo, pela gigantesca vaga de fundo promovida pelo Concílio Vaticano II e pelo pensamento de alguns dos seus mentores como o demasiado esquecido padre Lebret (1964).

Uma tipologia

A fim de entender os grandes modelos de actuação que se têm vindo a perfilar, têm sido propostas diversas classificações que procuram sistematizar tal diversidade de acordo com diversos critérios³. Na década de oitenta Jack Rothman (1987) propôs uma tipologia particularmente útil de práticas de intervenção comunitária, recorrendo ao critério dos estilos de intervenção, sugerindo a existência de três modelos:

- Modelo de **Desenvolvimento Local**, caracterizado por uma intervenção muito localizada (perspectiva *microsocial*), orientada para o *processo* de criação de grupos de auto-ajuda em que o interventor assume um papel facilitador com uma forte componente sócio-educativa;
- Modelo de **Planeamento Social** caracterizado por uma intervenção de componente *meso* e *macro* mais acentuada, voltada para a resolução de problemas concretos, (orientação para o *resultado*) em que o interventor assume um papel de gestor de programas sociais;
- Modelo de **Acção Social** caracterizado por uma intervenção de perspectiva integrada (*macro, meso, micro*), orientada para a alteração dos sistemas de Poder em presença em que o interventor assume um papel de activista, advogado do sistema-cliente e negociador, aproximando-se da figura do militante;

³ Para aprofundar este ponto veja-se Carmo, 1997.

2. O desenvolvimento comunitário na actualidade

A importância dada ao estudo, ensino e prática deste processo de intervenção social é retratada pela **investigação publicada**, pelos **programas lectivos oferecidos** nas várias instituições de ensino e pelas actividades no terreno.

Com a consciência que o levantamento dum e doutros não pode ser exaustivo, dada a velocidade com que a produção de informação ocorre e tendo em conta a sua dimensão planetária pode, todavia, fazer-se uma ideia aproximada dos rumos que actualmente se desenham através da consulta de algumas bases de dados disponíveis.

2.1. Tendências da investigação

Para colher indicadores sobre a importância conferida à investigação neste domínio recorreremos a duas bases de dados em suporte CD Rom:

- a primeira, intitulada *Dissertations abstracts*, é editada pela Universidade de Michigan e integra resumos de dissertações de Mestrado e de Doutoramento produzidas entre 1989 e 1995; nela foram seleccionados 32 títulos de 1995 e 1994 através do descritor *Community Development*⁴;
- a outra, é a *Social Sciences Index*, (editada por H. W. Wilson Company), que compila registos de cerca de 250 revistas de Ciências Sociais; foram seleccionados, seguindo o critério anteriormente descrito, 44 títulos de artigos e monografias disponíveis, publicados nos dois anos mais recentes, neste caso 1996 e 1997.

Dos títulos e resumos das dissertações, monografias e artigos constantes no corpus analisado podem extrair-se as seguintes **tendências**:

⁴ As operações efectuadas para seleccionar o corpus de análise foram as seguintes:

1. Selecção das dissertações com o descritor *Community*, que revelou haver **10119 títulos**
 2. Selecção das dissertações com os descritores *Community* e (and) *Development* que filtrou **2763 títulos**
 3. Selecção das dissertações com o descritor *Community Development* que apresentou **128 títulos**
- Só por si estes números indiciam o grande interesse da comunidade científica pelo assunto. Dada a abundância de dissertações fomos obrigados a apertar ainda mais a selecção cruzando este descritor com os anos 1995 ou (or) 1994, o que permitiu seleccionar uma amostra aceitável das dissertações mais recentes. Para uma análise mais detalhada desta recolha de dados vide Carmo, 1998.

1. quanto às **temáticas escolhidas pelos investigadores**, regista-se um consenso em torno de cinco cachos de preocupações:
 - aspectos teóricos, metodológicos e políticos
 - aspectos relacionados com a saúde comunitária
 - questões relativas às minorias
 - trabalho com crianças e jovens
 - apoio à família
2. quanto à **perspectiva assumida pela investigação**, observa-se uma dominância dos modelos de Desenvolvimento Local (A) e de Planeamento Social (B) em detrimento do modelo de Acção Social (C) de Rothman.

2.2. Tendências do ensino

As tendências do ensino do Desenvolvimento Comunitário podem inferir-se da abundância de materiais educativos produzidos, sob a forma de artigos, monografias ou manuais, e pela diversidade dos programas lectivos oferecidos nas várias instituições de ensino. Tendo a consciência como atrás se referiu que é impossível fazer um levantamento exaustivo duma situação em permanente mudança, apresentam-se seguidamente alguns elementos que indiciam a importância dada a esta área disciplinar.

Em instituições de ensino presencial

As instituições de ensino presencial que mais frequentemente integram o Desenvolvimento Comunitário nos seus currícula são, como seria de esperar, as que se vocacionam para a formação de quadros para o desenvolvimento social e económico. Podemos agrupá-las nas que leccionam **Ciências Sociais ou da Educação** e as que se ligam a programas de Desenvolvimento Económico e Social por via **de intervenção de tónica tecnológica**.

Nas primeiras, encontramos-lo posicionado em diversos contextos curriculares, como os seguintes:

- em programas de Ciência Política e da Administração, ligado à **gestão autárquica**;

- em curricula de Ciências da Educação surge, por vezes, integrado em técnicas de **animação sócio-cultural** e em estratégias de **educação de base da população adulta**;
- em licenciaturas em Sociologia e Antropologia, nos domínios contíguos à **Sociologia de Intervenção** (Hess, 1982) e à **Antropologia Aplicada** (Foster, 1974, s/d);
- nos cursos de Serviço Social e de Política Social é habitual incluir o ensino dos seus princípios e estratégias em disciplinas consagradas à aprendizagem da teoria e método do Serviço Social, considerado sob forma integrada ou tridimensional (Casos, Grupos e Comunidades); neste último caso aparece como parte integrante do **Serviço Social de Comunidades**;

No segundo tipo de instituições, incluem-se as que leccionam programas da área da **Saúde Pública** e da Agronomia. Neste último domínio o Desenvolvimento Comunitário apresenta-se frequentemente ligado às áreas de **Sociologia Rural** e **Extensão Rural**.

Em Portugal o ensino do Desenvolvimento Comunitário iniciou-se quer nos curricula dos Cursos de Administração Ultramarina e de Serviço Social do então Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, quer nos Institutos Superiores de Serviço Social⁵. Actualmente, para além do ISCSP e dos vários ISSS, o ensino do Desenvolvimento Comunitário é abordado também noutras escolas como por exemplo em ESES e na Universidade Católica, integrado em contextos curriculares ligados à intervenção social. Recentemente, com a implementação *dos Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza* e depois dos trabalhos pioneiros de Bruto da Costa e Manuela Silva (1985, 1989), tem vindo a observar-se um interesse renovado por esta problemática, retratado através de diversos trabalhos.

Em instituições de ensino a distância

As instituições de educação aberta e a distância (EAD) já há muito têm vindo a incluir estas matérias no âmbito da sua vocação de serviço à

⁵ Em Carmo (1998) poder-se-á analisar mais detidamente o desenvolvimento do DC no contexto académico português e aceder à bibliografia de autores nacionais que o autor conseguiu coligir. Não sendo de modo algum exaustiva pode no entanto ser um razoável ponto de partida para um estudo exploratório sobre a questão. Para uma investigação bibliográfica complementar recomenda-se a consulta de dissertações de mestrado e doutoramento algumas ainda não publicadas, que se podem encontrar em centros de documentação de diversas instituições universitárias e politécnicas. É o caso, por exemplo de Coutinho, M., 1993, **A assistência social em Portugal 1965/1971 - Um período charneira**, Lisboa, ISEG/UTL.

comunidade e ao Desenvolvimento (Carmo, 1996a e 1996b). Os resultados da análise de uma base de dados do International Centre for Distance Learning da Open University do Reino Unido actualizada a 1993 dão disso um claro testemunho.

Nesse ano eram em número de **81 as unidades, disciplinas e cursos sobre Desenvolvimento Comunitário** oferecidos em **regime singular** ou integrados em programas de estrutura curricular mais ampla (**cursos formais e não formais**).

Tais programas eram leccionados por **73 instituições** sediadas em **31 países**, dispersos por todos os Continentes, observando-se que é em **países de influência anglo-saxónica** que se regista maior diversidade de oferta de cursos e cadeiras em regime de ensino a distância ou misto.

Um dado a registar é que **não se verificou qualquer relação entre oferta deste tipo de matéria disciplinar e estágio de desenvolvimento do respectivo país** o que leva a pôr de lado qualquer perspectiva miserabilista sobre o ensino destas matérias⁶.

2.3. Tendências da prática no terreno

Para fazer um balanço ainda que sumário sobre as tendências da prática no terreno podemos sumariá-las a partir dos *cachos* de preocupações atrás enunciados, a que se acrescentaram alguns domínios menos referidos mas igualmente importantes do meu ponto de vista (figura 2).

Desenvolvimento comunitário e educação

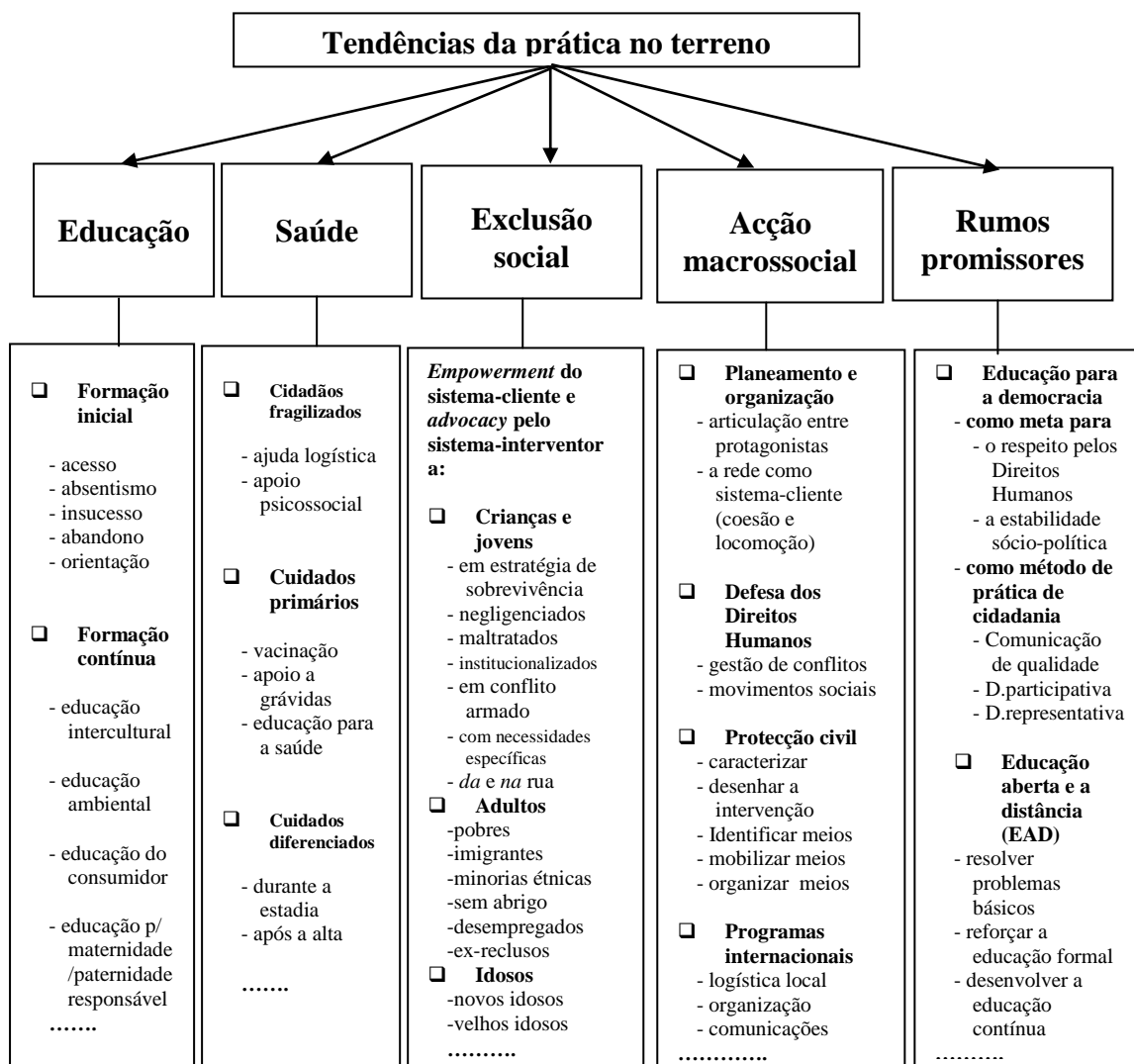
Um dos problemas mais vigorosamente debatidos no mundo contemporâneo é, sem dúvida, o da crise da educação.

Em termos resumidos⁷ pode equacionar-se a questão do seguinte modo: há bem poucos anos quando se discutia sobre **educação** quase todos os interlocutores se referiam ao que hoje se chama **formação inicial**. Estava-se numa época em que o ciclo de vida do Conhecimento, isto é, o tempo que mediava entre o momento da sua criação e o da sua morte, era longo, podendo mesmo exceder o ciclo de vida humano.

⁶ Uma óptica miserabilista defenderia que o Desenvolvimento Comunitário seria uma estratégia aplicável sobretudo para fazer face a situações de pobreza.

⁷ Para uma discussão mais aprofundada vide Carmo, 1997: 71-183

Figura 2 Tendências da prática no terreno



Como consequência imediata desta situação, considerava-se que os conhecimentos acumulados na primeira parte da vida de um indivíduo constituíam património cognitivo suficiente para o desempenho dos vários papéis que ele iria ter ao longo da sua vida.

Hoje a situação alterou-se drasticamente: o Futuro entra cada vez mais depressa no Presente sem pedir licença, daí resultando um processo de mudança acelerada de dimensões únicas na História.

Resultante da força conjugada, do aumento da esperança média de vida das populações e da redução drástica do ciclo de vida do Conhecimento a **formação inicial perdeu peso relativo**, circunscrevendo-se à

aprendizagem básica de conhecimentos, técnicas e atitudes, susceptíveis de virem alicerçar a aprendizagem ao longo do resto do ciclo de vida.

Em contrapartida regista-se o **alargamento da formação contínua**, à medida em que se vai tomando consciência da degradabilidade do saber e do seu ciclo de vida cada vez mais curto. Este facto, associado

- ao **alargamento da escolaridade obrigatória**,
- ao **alargamento das taxas de cobertura** dos ensinos secundário e terciário
- e à generalização da ideia de que **a educação** não se deve circunscrever às camadas infanto-juvenis mas **estender-se**
 - a montante, às **coortes infantis pré-escolares** e,
 - a jusante, a **toda a população adulta**, activa ou não,

tem contribuído para pressionar os sistemas educativos com uma **sobrecarga de exigências** a que estes não têm conseguido dar resposta.

Em consequência deste quadro geral têm vindo a crescer os problemas de ensino-aprendizagem cuja resolução exige uma intervenção concertada, entre os protagonistas directamente ligados ao sistema educativo⁸ e a comunidade envolvente⁹.

Exemplos típicos são os problemas do **acesso, absentismo, insucesso, abandono e orientação escolar**. Qualquer intervenção sobre este tipo de problemas deve ser precedida de um **diagnóstico precoce e personalizado**, para o que é indispensável uma parceria sólida entre escola e comunidade envolvente, com os objectivos de **visar o desenvolvimento** pessoal e social de todos os protagonistas e a **criar uma rede social** que os apoie nesse processo.

Com o aumento de pressão social sobre os sistemas educativos e com a abertura destes a todos os segmentos sociais, **tornou-se regra dominante a coexistência de diversas culturas num mesmo espaço**, o que ainda há poucos anos era uma situação pouco frequente ou pelo menos ignorada em muitos países.

O modo de gerir a crescente diversidade social e, em particular, os seus efeitos no sistema educativo, tem variado de acordo com os pressupostos

⁸ Estudantes, professores e outro pessoal não docente

⁹ Famílias, autarquias, instituições públicas, organizações não governamentais, líderes comunitários, entre outros.

doutrinários. Herdeira da doutrina do pluralismo cultural, a corrente da educação intercultural defende que **a crescente diversidade étnica, linguística, de género, de estatuto social e de capacidade de aprendizagem, deve ser considerada não apenas como problema mas também (e sobretudo) como recurso educativo.**

É neste contexto que o DC pode ter (e tem tido) um um significativo papel sócio-educativo como instrumento de educação intercultural e, num sentido mais amplo, de educação para o desenvolvimento (Carmo, 1998b) de todos os agentes no processo educativo.

Desenvolvimento comunitário e saúde

No domínio da protecção da saúde das populações podem identificar-se três campos em que as técnicas de intervenção comunitária têm sido usadas com êxito:

- no apoio a **cidadãos fragilizados** por condições de saúde particulares;
- em programas de **cuidados primários** de saúde
- em instituições de **cuidados diferenciados** de saúde

No que respeita aos cidadãos sanitariamente mais fragilizados como os idosos, os deficientes, os doentes crónicos, os doentes mentais, os toxicodependentes e os doentes terminais, o tipo de apoio requerido pode agrupar-se em duas vertentes, a **ajuda logística**¹⁰ e o **apoio psico-social**¹¹, qualquer deles exigindo um forte **empenhamento comunitário.**

Alguns dos programas atrás referidos podem ser desenvolvidos nos **Centros de Saúde** que constituem instrumentos fundamentais da organização e do desenvolvimento das comunidades locais. São exemplos

¹⁰ A **ajuda logística** requer a **criação de condições materiais que proporcionem uma melhor autonomia** ao sistema-cliente em situação de risco. É o caso do apoio medicamentoso para doentes crónicos, dos programas de troca de seringas para toxicodependentes, do apoio domiciliário para idosos e doentes, da instalação de sistemas de telecomunicações para isolados e da adaptação do espaço doméstico a certos tipos de deficiências.

¹¹ O **apoio psico-social** visa **reduzir o sofrimento solitário** em que estes cidadãos muitas vezes se encontram e **criar uma rede social de apoio que contribua para melhorar a sua qualidade de vida.** São exemplos de apoio psico-social, os centros de dia para idosos e deficientes, as visitas domiciliárias para doentes crónicos e os programas de apoio para grupos de doentes mentais, alcoólicos, toxicodependentes, seropositivos, portadores de SIDA e doentes terminais.

de acções em que tal tem sido observado, diversas campanhas de vacinação em massa, programas de apoio a grávidas em geral e a certos grupos de risco (mães demasiado novas ou demasiado velhas), acções de educação para a saúde¹² e programas de prevenção de epidemias

Também os **hospitais**, como recursos da comunidade deveriam ser encarados pelos utilizadores como instituições seguras e instrumentos de cura. No entanto, quer pelas condições envolventes¹³, quer pela falta de recursos, quer ainda pela situação objectivamente frágil em que o utilizador se encontra - por estar doente ou por requerer acompanhamento específico¹⁴ - a vivência de uma estadia num hospital é habitualmente traumática.

Neste contexto o DC pode ser usado como um instrumento terapêutico complementar aos cuidados diferenciados de saúde de modo a permitir ao doente

- **durante a sua estadia**, sentir-se tratado como pessoa, sem perda dos seus direitos de cidadania;
- **após ter alta**, contar com ajuda logística e apoio psico-social no local onde vai convalescer.

Desenvolvimento comunitário e exclusão social

Um outro domínio em que a intervenção comunitária é utilizada com bastante frequência é o da exclusão social. Seja qual for o grupo social envolvido (vide figura 2), a estratégia de intervenção passa por dois processos:

- pelo **empowerment do sistema-cliente**, visando dotá-lo de uma **força interna**¹⁵ que lhe permita uma **autonomia** progressivamente maior **na resolução dos seus problemas** e a consequente **inclusão social**;

¹² O campo da educação para a saúde é muito amplo, abrangendo áreas tão diversas como a educação para a saúde mental, para o planeamento familiar, a formação de socorristas e paramédicos, o ensino de medidas de prevenção contra as chamadas *doenças de mãos sujas* (ex: cólera, sarna), etc.

¹³ Os exemplos de **condições envolventes ameaçadoras** para quem entra num hospital são inúmeros. Bastará fazer referência aos **espaços frios e despersonalizados** e à **cultura organizacional autoritária**, em que o cidadão-utilizador tem frequentemente a sensação de perda da cidadania, pelo modo como lhe é negado o acesso à informação que lhe diz respeito, pela dinâmica inter-pessoal infantilizadora, etc.

¹⁴ É o caso das grávidas em risco, por exemplo.

¹⁵ Alguns autores designam esta capacidade de um sistema resistir a forças adversas por **resiliência** (do latim *resilientia*)

- pela *advocacy*, por parte do sistema-interventor, assumindo deste modo o papel de **instrumento de luta pelos Direitos Humanos** da população excluída.

Desenvolvimento comunitário e acção macrossocial

Há situações de intervenção comunitária que transcendem a simples acção local (modelo A de Rothman), apelando a uma perspectiva *macro* pela sua evidente dimensão sócio-política (modelos B e C). Nestas situações o valor instrumental do DC tem-se revelado evidente.

- no que respeita ao **planeamento e organização comunitárias** a nível municipal, regional e mesmo nacional, porque tem ajudado à **articulação** entre os protagonistas dos projectos, sendo um poderoso instrumento de coesão e de locomoção das redes de parceiros;
- em **programas de defesa dos Direitos Humanos**, tem-se revelado uma boa ferramenta de **gestão de conflitos** e um modelo de regulação adequada para situações em que os protagonistas são **movimentos sociais** e não organizações de estrutura e funcionamento burocráticos.
- em situações de **ameaça à protecção civil** (cheias, terramotos, epidemias, conflitos armados, etc) que requerem grande **maturidade emocional e capacidade de gestão** por parte dos interventores sociais, o emprego dos princípios e metodologia do DC têm permitido uma melhor **articulação dos recursos locais com os que provêm do exterior** das comunidades-vítimas.
- Finalmente em **programas internacionais**¹⁶ em que é exigida uma grande **capacidade de organização e sistemas de comunicação eficientes**, as técnicas de DC têm dado um contributo assinalável.

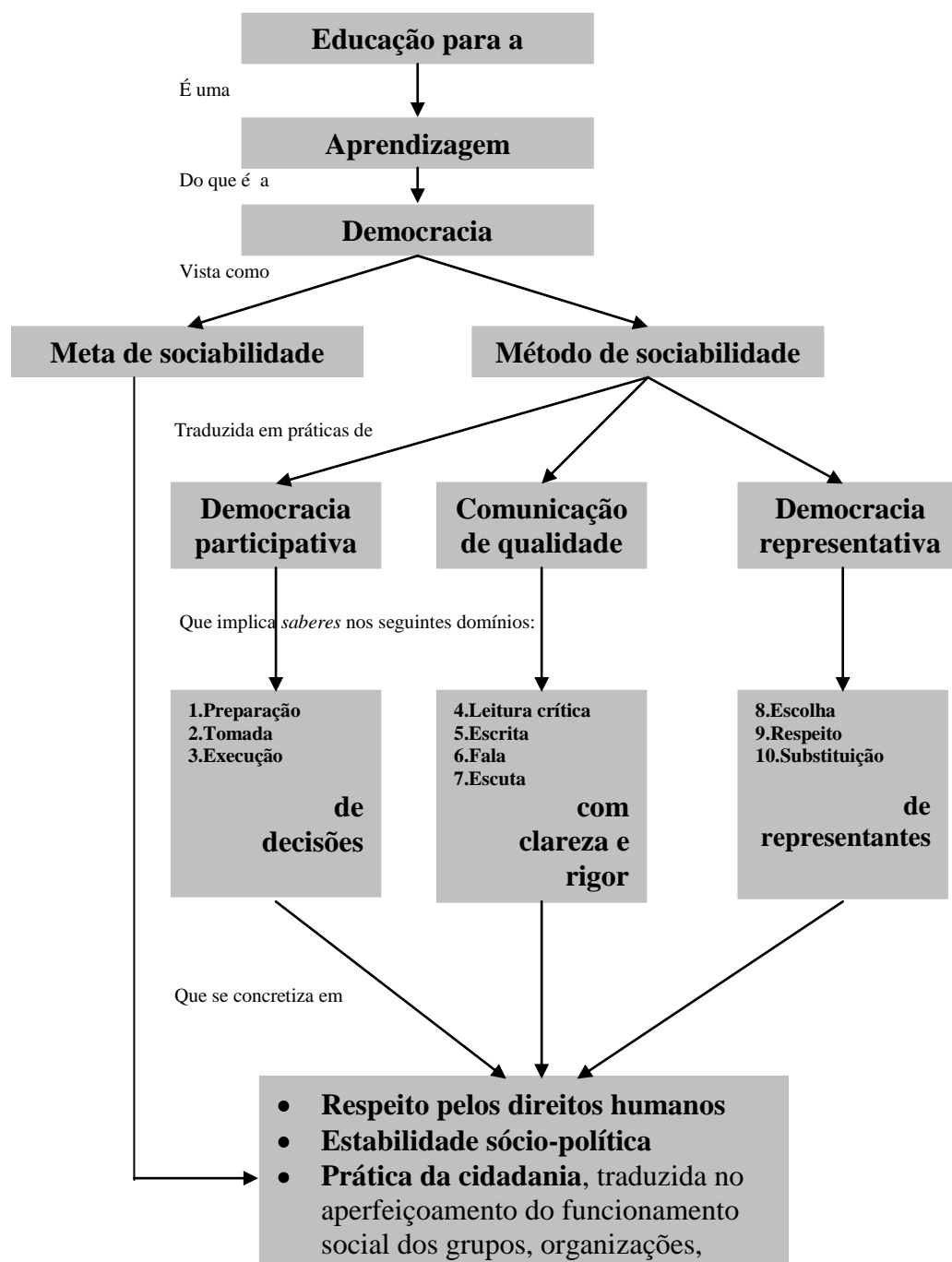
Rumos promissores para o século XXI

Não gostaria de terminar esta comunicação sem convosco partilhar algumas reflexões sobre duas áreas de aplicação do desenvolvimento

¹⁶ As intervenções das Nações Unidas e de várias das suas agências em várias partes do Mundo com auxílio humanitário, com forças de interposição entre beligerantes ou com programas de desenvolvimento social, bem como certas acções da Cruz Vermelha Internacional e de ONGs como os Médicos sem Fronteiras ou a Acção Médica Internacional, são exemplos de acções deste tipo.

comunitário que desenham rumos promissores para o uso desta estratégia de intervenção social como **instrumento sócio-educativo**, neste período de construção da Sociedade de Informação: a **educação para a democracia** e a **educação aberta e a distância**

Figura 3 - Educação para a democracia: variáveis em jogo



No que respeita à **educação para a democracia**, parece ser relativamente consensual, hoje, a necessidade de uma **acção permanente e organizada de educação dos cidadãos** para o exercício dos seus direitos

democráticos, que lhes permita combater manipulações populistas destinadas a plebiscitar decisões, legitimando-as com a capa da participação democrática. A figura 3 resume de forma diagramada algumas das principais **ideias-chave** que, a nosso ver, devem estar presentes **em qualquer programa de educação para a democracia**.

Como facilmente se compreende, **as técnicas de desenvolvimento comunitário adequam-se muito bem a programas de educação para a democracia** nas suas duas vertentes:

- no que respeita ao entendimento da **democracia como meta a alcançar**, já vimos que os princípios e as raízes que fundamentam esta forma de intervenção social decorrem de uma concepção democrática de entender o desenvolvimento das sociedades;
- no que concerne à assunção da **democracia como método de aperfeiçoamento do funcionamento social**, a prática do desenvolvimento comunitário leva os cidadãos a comunicar melhor¹⁷, a preparar, tomar e executar as decisões que lhes dizem respeito de forma mais responsável, e treina-os, no seu quotidiano local, para actos políticos típicos das democracias representativas como escolher, respeitar e substituir representantes.

Para finalizar esta reflexão pode dizer-se que o Desenvolvimento Comunitário tem vindo a ganhar eficácia em várias regiões do Mundo estabelecendo uma **parceria para o desenvolvimento** com diversos sistemas de **educação aberta e a distância**. Tal parceria tem vindo a revelar-se um poderoso **sistema de respostas sócio-educativas**, que permitem ampliar e diversificar a oferta educativa tradicional.

No campo específico da **formação de quadros locais para o desenvolvimento** pode dizer-se que o contributo do ensino a distância associado ao Desenvolvimento Comunitário tem vindo a ser útil em três tipos de estratégias educativas:

- na **educação para a resolução de problemas básicos**
- no **reforço à educação formal**

¹⁷ Na aprendizagem das quatro competências comunicacionais enunciadas no diagrama deve também constar o estudo da publicidade, da propaganda e das técnicas de relações públicas, bem como o treino para a utilização de diversos meios de comunicação, escrita, audiovisual e telemática, hoje habituais no trabalho comunitário

- no **desenvolvimento da educação contínua**

Pelo que atrás se disse parece ser evidente que o Desenvolvimento Comunitário se assume, hoje, de uma evidente actualidade como estratégia de intervenção social integrada, urgindo desenvolver esforços no sentido de o dar a conhecer. Bem haja o ISPA pelo seu presente contributo.

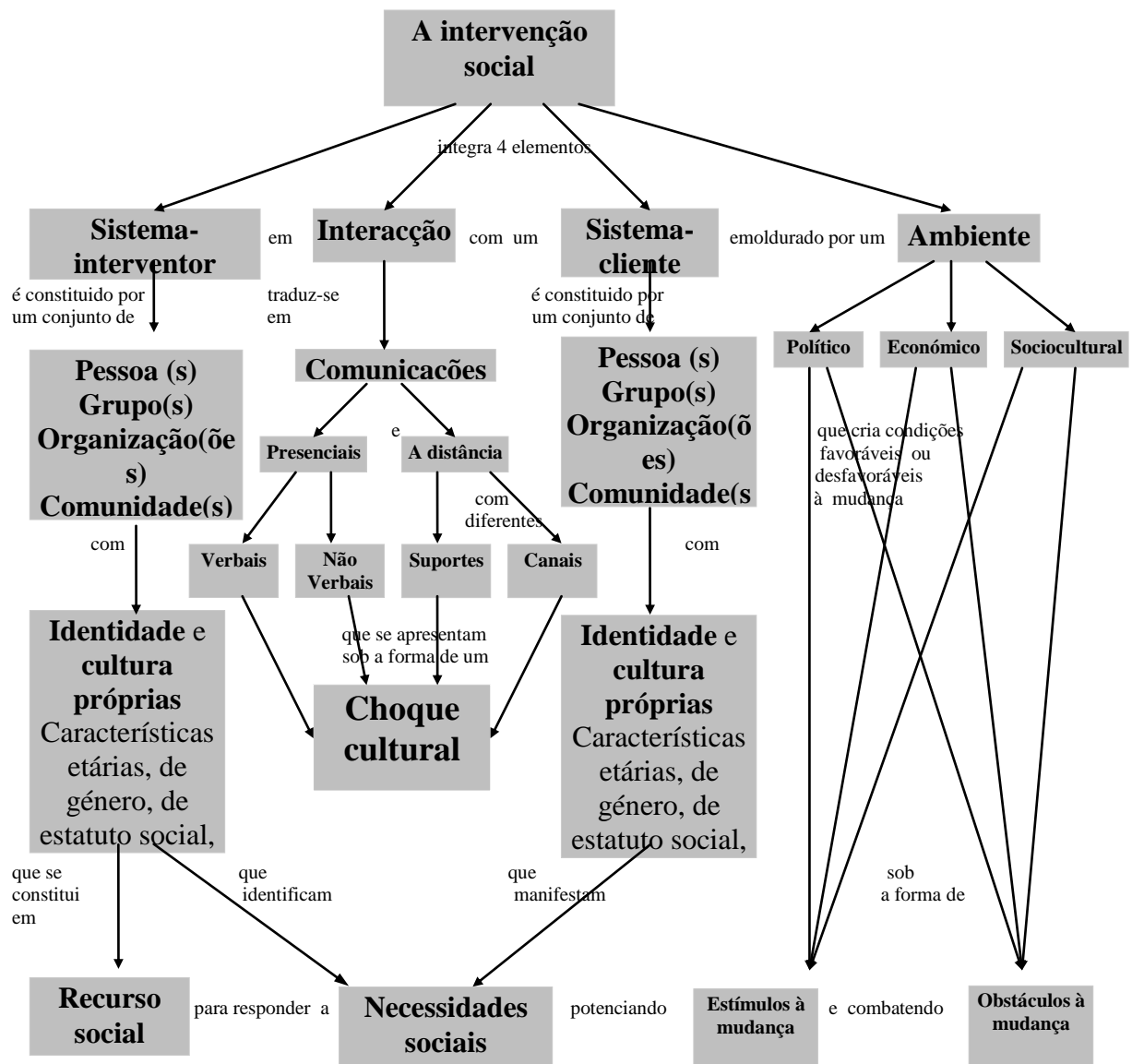
Bibliografia

- Ander-Egg, E., 1980, **Metodologia y practica del desarrollo de la comunidad**, Tarragona, UNIEUROPE, 10ª ed
- Baptista, M.V. , 1973, **Desenvolvimento da Comunidade**, S, Paulo, Cortez e Moraes, 3ª ed.
- Carmo, H., 1995, **Avaliação em intervenção comunitária in Estudos de homenagem ao Prof. Adriano Moreira**, vol II, Lisboa, ISCSP.
- 1996a, **Ensino a distância e desenvolvimento de quadros locais**, in **Forum 2000: Regionalização e desenvolvimento**, Lisboa ISCSP/UTL: 75-92
- Carmo, H., 1996b, **Ensino a distância e desenvolvimento comunitário. Contributo para uma estratégia de reabilitação**, in **1ª conferência sobre reabilitação e comunidade**, Lisboa, ISPA: 263-282.
- 1998, **O Desenvolvimento Comunitário no dobrar do Século**, in Barata, O.S., coord., **Política Social 1998**, Lisboa, ISCSP.
- 1998b, **Educação para o desenvolvimento: um imperativo estratégico**, in Tavares, M.J.F. (organização), in **Poder e sociedade** (Actas das Jornadas Interdisciplinares-199), Lisboa, Universidade Aberta, pp 489-506
- 1999, **Desenvolvimento comunitário**, Lisboa Universidade aberta, no prelo.
- Foster, G., 1974, **Antropologia aplicada**, Cidade do México, Fondo de de Cultura Economica s.d., **As Culturas tradicionais e o impacto das tecnologias**, Rio de Janeiro, Fundo de de Cultura Económica
- Hess, R., 1982, **Sociologia de Intervenção**, Lisboa, Rés
- Lebret, Louis 1964, **Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?**, S. Paulo, Livraria Moraes, 1ª ed. 1958
- Moreira, M.A.; Buchweitz, B., 1993, **Novas estratégias de ensino e aprendizagem: os mapas conceptuais e o Vê epistemológico**, Lisboa
- Novak, Joseph; Gowin, Bob, 1996, **Aprender a aprender**, Lisboa Plátano, 1ª ed. de 1984
- Pereirinha, coord., 1992, **Observatory on nacional policies to combat social exclusion: Portugal**, Lisboa, CISEP - Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa
- Rothman, J. e Tropman, J., 1987, **Models of community organization and macro practice perspectives: their mixing and phasing**, in Jacobsen e Heitkamp, 1995, **Working with communities**, in Johnson, H.W., 1995, **The social services: an introduction**, Itasca, Peacock Publishers, 4ª ed.: 311-324
- Silva, M., 1962, **Desenvolvimento Comunitário: uma técnica de promoção social**, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa
- VVAA, 1965, **Desenvolvimento comunitário**, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência
- VVAA, 1966-197.., **"Informação Social"**, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência
- VVAA, 1987, **Actas do IX Congresso Iberoamericano de Segurança Social**, Lisboa, DGORH
- Costa, A. B., Silva, M. et al, 1985, **A pobreza em Portugal**, Lisboa, Caritas
- 1989, **A Pobreza urbana em Portugal**, Lisboa, Caritas
- VVAA, 1994, **Pobreza é com todos: mudanças possíveis**, Lisboa, Comissão das Comunidades Europeias.

A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

Por *Hermano Carmo*
Universidade Aberta - CEMRI

Mapa conceptual de um processo de intervenção social



A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

*Por Hermano Carmo
Universidade Aberta - CEMR*

As raízes

As raízes do Desenvolvimento Comunitário situam-se no **período que mediou as duas guerras mundiais:**

- a **prática de formação de líderes locais** (sistema colonial britânico de administração indirecta);
- a experiência americana de **organização comunitária**, como resposta aos inúmeros problemas sociais, fruto das consequências da **industrialização**, da **urbanização**, da **imigração** e das dificuldades sócio-económicas do **pós guerra**

A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

*Por Hermano Carmo
Universidade Aberta - CEMRI*

Os princípios

- **princípio das necessidades sentidas:**

todo o projecto de desenvolvimento comunitário deve partir das **necessidades sentidas pela população** e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;

- **princípio da participação:**

necessidade do **envolvimento profundo da população** no processo do seu próprio Desenvolvimento;

- **princípio da cooperação:**

é um imperativo de eficácia a **colaboração entre sector público e privado** nos projectos de Desenvolvimento Comunitário;

- **princípio da auto-sustentação**

os processos de mudança planeada devem ser equilibrados e sem rupturas, **susceptíveis de manutenção pela população-alvo** e dotados de **mecanismos que previnam efeitos perversos** ocasionados pelas alterações provocadas;

- **princípio da universalidade:**

um projecto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua **globalidade** (e não apenas subgrupos dessa população) e como objectivo a **alteração profunda** das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento.

A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

Por *Hermano Carmo*
Universidade Aberta - CEMRI

Tipologia dos modelos de intervenção de Rothman¹⁸

- **Modelo de Desenvolvimento Local**

Caracterizado por uma intervenção muito localizada (**perspectiva *microssocial***), orientada para o **processo de criação de grupos de auto-ajuda** em que o interventor assume um papel **facilitador** com uma **forte componente sócio-educativa**;

- **Modelo de Planeamento Social**

Caracterizado por uma intervenção de **componente *meso e macro*** mais evidente, voltada para a resolução de problemas concretos, (orientação para o **resultado**) em que o interventor assume um papel de **gestor de programas sociais**;

- **Modelo de Acção Social**

Caracterizado por uma intervenção de perspectiva **integrada (*macro, meso, micro*)**, orientada para a **alteração dos sistemas de Poder** em presença em que o interventor assume um papel de **activista, advogado** do sistema-cliente e negociador, aproximando-se da figura do **militante**;

¹⁸ Rothman, J. e Tropman, J., 1987, **Models of community organization and macro practice perspectives: their mixing and phasing**, Itasca, Peacock Publishers, cit in Jacobsen e Heitkamp, 1995, **Working with communities**, in Johnson, H.W., 1995, **The social services: an introduction**, Itasca, Peacock Publishers, 4ª ed., pp 311-324

A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

*Por Hermano Carmo
Universidade Aberta - CEMR*

Tendências da investigação

Temáticas escolhidas pelos investigadores:

- aspectos teóricos, metodológicos e políticos
- aspectos relacionados com a saúde comunitária
- questões relativas às minorias
- trabalho com crianças e jovens
- apoio à família

Perspectiva assumida pela investigação:

Dominância dos modelos de Desenvolvimento Local (A) e de Planeamento Social (B) em detrimento do modelo de Acção Social (C) de Rothman.

A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

*Por Hermano Carmo
Universidade Aberta - CEMR*

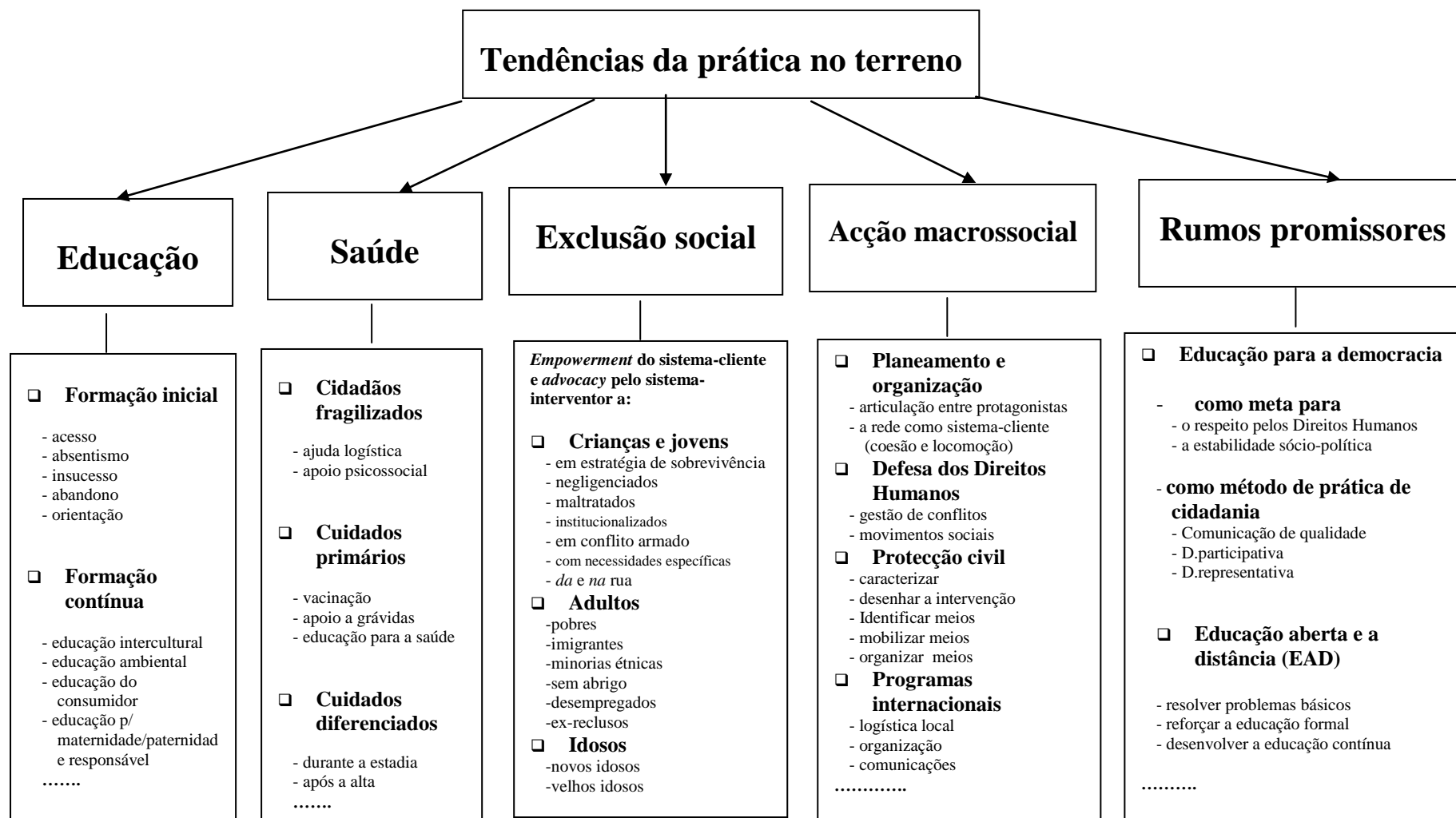
Tendências do ensino instituições de ensino presencial e a distância

- **Ciências Sociais ou da Educação**
 - Gestão autárquica
 - Educação de base da população adulta
 - Animação sócio-cultural
 - Sociologia de Intervenção
 - Antropologia Aplicada
 - Serviço Social de Comunidades;

- **Ciências aplicadas ao Desenvolvimento Económico e Social**
 - Saúde Pública
 - Sociologia Rural
 - Extensão Rural.

A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

Por Hermano Carmo
Universidade Aberta - CENR



A actualidade do Desenvolvimento Comunitário como estratégia de intervenção social

Por *Hermano Carmo*
Universidade Aberta - CEMRI

Educação para a democracia: variáveis em jogo

